



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

ATA N.º 3/2018

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE

24/05/2018

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezoito, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Edifício “Mira Center (Associação da Incubadora da Beira Atlântico Parque – **AIBAP**), sito na Rua do matadouro, em Mira, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia:-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**PONTO UM: Constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-O-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços, ao abrigo da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, D.L. nº. 194/2009, de 20 de agosto em conjugação com o disposto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, todos na atual redação** -----

-----**PONTO DOIS: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro, da 3ª. revisão orçamental e 2ª revisão às GOP's – Ano 2018**-----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto Lei nº. 197/99, de 8 de junho e da alínea c) do n.º. 1 do artigo 6.º da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, da autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2018 a 2021, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de Serviços para o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mira”** -----

-----**PRESENÇA DO EXECUTIVO**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sr.^a Vereadora, Dr.^a Dulce Helena Ramos Cainé, o Sr. Vereador, Dr. Fernando José Domingues Madeira, a Sr.^a Vereadora, Dr.^a Madalena Colaço.-----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Eng.º João Manuel Domingues Moreira Prina, Prof. Nelson Miranda Cadete, Carlos Jorge dos Santos Nora, Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, Enf.^a Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Dr. Marco António de Melo Santos, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Sr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, em substituição da Sr.^a Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.^a Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Adolfo José Figueiredo Ribeiro Maçarico, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro, João André Reigota Gomes, Enf.º Manuel Ferreira Inocência, Dr.^a Marta Sofia Cunha e Silva, Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, Prof.^a Maria Clara Simões Clemente, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Sr. Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Sr. Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Sr. Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Sr. Gabriel Miranda de Pinho.-----

-----FALTAS-----

-----Verificou-se a falta da Sr.^a Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco a qual foi substituída por Sr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes.-----

-----HORA DE ABERTURA -----

-----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e cinquenta e oito minutos após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas, tendo-se passado, de imediato, à ordem de trabalhos da sessão:



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PONTO UM: Constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-O-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços, ao abrigo da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, D.L. nº. 194/2009, de 20 de agosto em conjugação com o disposto na lei nº 75/2013, de 12 de setembro, todos na atual redação** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que começou por agradecer ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente Dr. Carlos Martins por ter vindo àquela assembleia e agradecendo também pois a política da água seria uma daquelas que mais interessariam às populações pois, todos queriam uma água de melhor qualidade. -----

-----Interveio o Sr. Presidente que agradeceu a todos por estarem ali presentes principalmente ao Sr. Secretário de Estado por ter aceite desde o início ir até aquela reunião de assembleia. Agradeceu ainda, aos seus colegas, nomeadamente, o Presidente de Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o Presidente da Câmara Municipal de Soure por estarem ali presentes. -----

---- Referiu que todos teriam percorrido um longo caminho até ali, pois seria um projeto em que teriam trabalhado desde há cerca de dois anos e os municípios de Montemor-o-Velho e Soure já teriam aprovado em reunião de assembleia municipal os documentos que iria expor naquela assembleia. -----

---- Disse que como nota prévia na apresentação daquele projeto que seria com convicção que aquela empresa intermunicipal seria o melhor para o concelho de Mira. Disse que andaria há cerca de dois anos a trabalhar neste projeto com os outros dois municípios e também com o Senhor Secretário de Estado que disse ser o padrinho desta empresa intermunicipal. Durante este período de tempo pode constatar que com os estudos que se foram fazendo esta seria a melhor solução para o município, houveram avanços, houveram recuos, mas no final e depois de muita ponderação este era o melhor caminho. Referiu que seriam decisões que eram muito difíceis de tomar e que seriam muito pensadas e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

M

ponderadas por aqueles que estariam no exercício das funções públicas e com poder de decisão. -----

-----Salientou que teriam partido de alguns pressupostos, um deles seria o estado em que se encontraria a água, a falta de cobertura do saneamento, as infraestruturas e o estado em que estas se encontrariam. Um segundo pressuposto seria o tarifário que era o mais baixo da região, seria um tarifário que teria um défice anual que rondaria 700/800 mil euros. Um terceiro pressuposto, trazido pelo atual Governo, que seria o financiamento comunitário e o financiamento para as agregações, ou seja, para aqueles que se juntariam em agregação. E seria aí que se garantia, que a um breve prazo, investimentos necessários para essa área. Juntando todos os pressupostos e a questão da sustentabilidade financeira, a sustentabilidade ambiental a longo prazo e a sustentabilidade dos recursos por esses estarem cada vez mais escassos. Somando tudo isso a melhor solução encontrada tinha sido juntarmo-nos aos outros municípios. Para melhor se perceber, o Sr. Secretário de Estado explicaria de seguida todos os processos que estariam a decorrer pelo país e o número de municípios que estariam a fazer este percurso para se poderem agregar. Referiu que, após esta conclusão no final de 2016, início de 2017, teria encomendado um estudo para dar resposta a várias questões entre as quais estariam várias variáveis, hipóteses de captação de água, hipótese de perceber onde estariam os nossos maiores prejuízos, etc. -----

-----Referiu que toda a documentação teria que ser enviada para o Tribunal de Contas, para a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), para a DGAL (Direção Geral de Autarquias Locais) para que estas entidades pudessem analisar todo esse estudo de viabilidade económica e financeira e analisar todos os pormenores e detalhes do mesmo. -----

---- Informou que também iria haver um momento de discussão pública, que se iria fazer através de apresentação nas Freguesias do Concelho, ouvindo e discutindo com as pessoas acerca deste assunto. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

M

[Handwritten signature]

---- Salientou que estaria sempre aberto a soluções, a alternativas e a estudar as mesmas. Disse ter prazo até 30 de setembro para apresentação da candidatura a fundos comunitários. Se tudo correr de forma positiva, explicou que cada um dos três Municípios iria receber cerca de 1 milhão e meio de euros e que os mesmos teriam acordado que cada um iria investir na área de maior necessidade. O Município de Mira iria investir prioritariamente na área da Água, nomeadamente, nas captações, na sua qualidade, no tratamento dos depósitos, entre outras situações. -----

-----Mais disse que garantia que, logo que o financiamento estivesse aprovado no espaço de um ano, ou seja, durante um ano de 2019/2020 teria essas mesmas obras concluídas e essa melhoria da qualidade da água. Disse ter um prazo de 7 anos para dar cobertura de saneamento. Em suma, num ano estariam executadas as obras para a melhoria da água e em 7 anos a cobertura a 100% do saneamento. -----

---- Sublinhou a sua convicção e o acreditar neste processo pois os capitais seriam 100% públicos. Mais disse, que desta forma quem mandaria e tomaria as decisões em toda esta vertente seria o próprio Município não tendo de ficar à mercê das decisões de outros. -----

-----Concluiu assim, dizendo que estas decisões eram decisões importantes e difíceis de serem tomadas, no entanto, esta seria a melhor decisão para o concelho e para as gerações vindouras. Disse que, como “bom português e gandarês o melhor até seria estar quietinho”, mas nesta matéria seria preciso ter coragem e seria preciso tomar as decisões e nesse momento era o que estava a fazer. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** pediu permissão à assembleia para poder passar a palavra. -----

---- Interveio o **Dr. Paulo Campos**, que realçou o facto de o contrato de delegação ter uma duração de 40 anos, os capitais serem exclusivamente



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in blue ink.

públicos e o capital social ser repartido em partes iguais pelos acionistas -
Municípios de Mira, Montemor-O-Velho e Soure. -----

-----Disse que empresa intermunicipal obtinha economias de escala e a
agregação iria permitir uma gestão integrada do sistema com mais resiliência,
mais fiabilidade, mais qualidade e mais segurança. -----

-----Com a celebração do contrato de delegação proposto, esperava-se ainda
uma substancial redução da percentagem de água não faturada, sendo também
relevante a melhoria das condições operacionais, o que se iria traduzir em mais
eficiência.-----

-----A capacidade de reserva de água em Mira situava-se, em termos médios,
em cerca de 1,2 dias, sendo que a nível nacional se situava em 1,4 dias, pelo
que se tornava necessário investir no aumento da capacidade de reserva de
água tratada para consumo humano. O sistema de Mira usava 8 reservatórios,
dos quais 5 eram elevados, sendo que, à exceção do reservatório dos Leitões,
apresentavam um estado de conservação deficiente. Também a rede de
distribuição necessitava de incrementar significativamente os seus níveis de
reabilitação.-----

-----Foi ainda salientado o facto das tarifas a praticar após a agregação
permitirem a recuperação integral dos custos, contrariando a situação atual, do
mesmo passo que foi destacado o facto da adoção do modelo de gestão
delegada na empresa intermunicipal assegurar a prossecução do interesse
público.-----

-----Os técnicos da empresa fizeram uma exposição detalhada da
documentação disponibilizada, através de projeção de slides em PowerPoint,
com especial enfoque para a demonstração gráfica, para melhor elucidar a
Assembleia Municipal do estudo que suporta a proposta apresentada, tendo em
vista a constituição da empresa intermunicipal e integração do Município de Mira
na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros
serviços.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Seguidamente foi concedida a palavra ao **Sr. Secretário de Estado** que começou a sua intervenção por agradecer a oportunidade de poder expor o que se teria vindo a fazer em Portugal nesta matéria. -----

-----Informou que durante o presente ano faria 40 anos de carreira e dos quais 37 afirmou terem sido desenvolvidas na área da água. Referiu que com todos esses anos de experiência que tinha, já lhe teria passado os mais variados estudos e gostaria de lembrar que haveria cerca de 50 municípios com menos de 20 000 habitantes e cerca de 100 municípios com menos de 10 000 habitantes, na sua maioria os municípios não teriam uma infraestrutura técnica que pudesse tirar partido das novas tecnologias (exemplo: o cadastro informatizado; a telegestão; a telemedicação; entre outros). A sua convicção quando lançou há cerca de dois anos às CIM'S (Comunidades Intermunicipais) os desafios para os municípios poderem construir soluções com liberdade total do modelo organizacional para de alguma maneira se criar eficiências necessárias nesse setor, mais disse ser importante para a qualidade de vida das pessoas, mas que se não for bem tratado tudo o que teria sido sucesso no passado poderia não ser o do futuro se esse não fosse conservado. E esta seria a sua preocupação e a do Governo, deveria criar-se situações a nível técnico e económico – financeiro para se dar sequência àquilo que teria sido uma trajetória dos últimos anos que teria sido de sucesso. -----

-----Referiu que o modelo que ali se estava a apresentar seria o mais justo, visto que haveria municípios que não possuíam uma boa capacidade de elaboração de projetos para fazerem candidaturas a fundos. Referiu ter havido 90 municípios que teriam aceite o desafio de fazer estudos, no entanto, até 23 de outubro (data em que acabaram as candidaturas) a probabilidade pensa ser de 60 municípios a “bater à porta”, mas referiu que não se admiraria se aparecessem mais. Fez ainda uma breve alusão de como estariam os outros estudos a nível nacional, referindo que não seria de estranhar que esse número aumentasse. Referiu que a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços das Águas e Resíduos) teria feito



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5 casos piloto contratando 2 juristas, 1 antigo autarca e uma pessoa da área de economia, tendo sido desenvolvido um modelo de gestão diferente, no entanto, em qualquer que tivesse sido a versão sempre se teria verificado uma mais valia sempre ter estado juntos em vez de estarem isolados. -----

-----Assumiu que iria acompanhar com muito interesse o que se viesse a desenvolver nesta Empresa Intermunicipal e agradeceu a oportunidade de ter podido estar ali a expor a sua opinião face ao projeto desenvolvido. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) que cumprimentou todos os presentes passando de seguida à sua intervenção dizendo que teria ficado esclarecido em algumas questões graças ao que foi dito pelo Dr. Paulo Campos e pelo Sr. Secretário de Estado, no entanto, disse que teria algumas questões ainda a colocar. -----

---- Algumas dessas questões eram a saúde pública, nomeadamente a qualidade da água. Disse ter feito alguma pesquisa relativamente à captação de água na bacia do Mondego, mas no relatório que teria tido acesso não se fazia menção à sua qualidade de captação. Em outros estudos que procurou em relação à água superficial e à água subterrânea disse que se iria passar de uma captação de água subterrânea de 100% para 57% mas pensa que se iria encontrar problemas nas águas superficiais que não se encontrariam nas subterrâneas. Disse ter cerca de uma dezena de estudos e neles estaria confirmado que haveria problemas nas águas superficiais e que Coimbra o problema seria na captação de água na bacia do Mondego devido à qualidade das águas. Um dos fatores seria a agricultura que ali era praticada, aos pesticidas, águas da pecuária, entre outros. Daí como se poderia garantir que aquela água seria de qualidade suficiente quando a ERSAR nem sequer estaria em conformidade com as regras da ONS (Organismo de Normalização Setorial). -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Apontou para uma outra questão que seria a parte económica, fez uma crítica não só para o executivo atual, mas aos executivos anteriores, dizendo que não teria havido grande investimento nas infraestruturas. Mais disse, que foi o reparar “aqui e ali” e que nunca teria havido nenhum investimento. Quanto à questão técnica de captação da água, questionou acerca do que se faria ao longo de 40km para se tratar a água. -----

---- Interveio o Sr. Eng.º **João Prina** (PS) que cumprimentou todos os presentes e questionou acerca de quais teriam sido os modelos tentados pelo Sr. Presidente da Câmara e do porquê da não agregação do Município de Cantanhede a esta associação (empresa Intermunicipal). -----

-----Interveio o Sr. **Paulo Grego** (PS), que começou por fazer referência aos estudos e aos documentos que lhe teriam sido apresentados e da forma como teriam sido apresentados/explanados. Disse que não seria ele a colocar em causa as conclusões apresentadas e referiu que não teria analisado nem um décimo do estudo, no entanto, à medida que o ia lendo, disse ter perguntado a ele mesmo se não seria melhor parar o abastecimento da água porque lendo o estudo verificava-se que a água não estaria nas melhores condições, nem as condutas, entre outras coisas. Ressalva que todas essas questões não estariam bem fundamentadas em números/análises. -----

-----Apontou para o facto de se ter andado a comprar água tão cara à INOVA (Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede) e depois venderíamos a um preço bastante mais abaixo. Disse ter tentado ver as últimas análises através do site da câmara e ao aceder foi verificar os níveis a que se encontrariam o manganês e os valores não seriam tão altos comparativamente com o que seria recomendado. Na radioatividade, como seria lógico não aparecia lá nada, daí a sua questão ou o querer saber onde se teriam baseado para dizer que haveria radioatividade ou alguma substância radioativa o que seria certo é que assustava um pouco. Questionou acerca de quais seriam os elementos e minerais que estarim a ser analisados, o que seria certo é que se



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinham detetado os valores serem acima dos parâmetros normais, será que se teria feito alguma coisa ou tomado alguma medida. -----

---- Referiu que teria pesquisado por curiosidade e pela formação académica, teria consultado o mapa da radioatividade em Portugal, nomeadamente o Radão (Rn). Disse que curiosamente os concelhos aos quais nos iríamos juntar estariam numa situação bem pior do que o concelho de Mira, na carta pelo Instituto de Geologia e Minas. Coimbra por sua vez, que supostamente iria ser onde se iria fazer a recolha da água na bacia hidrográfica ainda estaria pior do que os outros dois. Teria visto também que na bacia do Mondego também haveria problemas, e assim sendo esta situação seria preocupante e não o deixaria sossegado. -----

---- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho** (PSD) presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos cumprimentou todos e iniciou intervenção salientando que a sua freguesia (Carapelhos) teria sido a última a ter água, nos poços (antes da água canalizada) seria de má qualidade, e quando a água era analisado não se lembrava de esta ter algum tipo de presença de radioatividade. Quis salientar que parabenizava o Sr. Presidente e a Câmara Municipal por aquela iniciativa, pois pela sua experiência como vendedor nunca teria visto ninguém que comprasse a um valor mais alto e depois o vendesse por um valor muito mais inferior. Mais disse, que sempre teria sido contra aos preços que estavam a ser praticados. Deixou um conselho à Câmara/ Presidente de Câmara para quando atualizar os valores para o fazer de uma vez só, porque se não “iriam sempre chamar nomes ao Presidente” ele que tivesse coragem para o fazer e para não ser só meio comerciante. -----

---- Salientou que não importava com quem seria feita a parceria o importante seria fazê-la. -----

---- **Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in blue ink.

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----No seguimento da intervenção do Sr. Eng.º André Monteiro, disse ser uma realidade e assumiu que já deveria ter havido um investimento mais forte nesta matéria. Disse ser um passo grande e difícil nesta matéria até porque se envolveria várias coisas como por exemplo o aumento da tarifa da água. Mais disse, que seriam investimentos a médio e longo prazo. -----

----- Em resposta ao Sr. Paulo Grego e como seria expectável a água que se estaria a distribuir seria analisada regularmente. Disse ainda, que quando se falava na questão da radioatividade ao que se referiam eram às captações, de furos, entre outros. -----

---- Relembrou que outras das situações importantes seria a sustentabilidade não do momento, mas sim a 10/15 anos e aí deu o exemplo do Município de Viseu (em que os bombeiros teriam andado a carregar água para os munícipes poderem usar). -----

---- Referiu que nos últimos dois anos teriam andado em contactos com outras entidades, nomeadamente a ADRA (Águas Da Região de Aveiro) mas disse como municipalista e como defensor de parcerias públicas achou que não seria uma boa solução até mesmo pelos preços praticados. -----

---- Disse ter iniciado aquele caminho a primeira vez até ao Senhor Secretário de Estado juntamente com o antigo Presidente de Câmara, Professor João Moura e que quando foi pedido para delinear um protocolo entre os 4 Municípios, Município de Cantanhede por razões próprias, obrigava os outros Municípios a adquirirem caudais mínimos dos Olhos da Fervença. Disse que o Município de Mira nunca poderia aceitar uma parceria dessas e realizar um estudo que teria sido muito limitado, pois teria limitado as alternativas e as soluções e limitaria a compra de água somente aos Olhos da Fervença. Daí Cantanhede ter ficado fora de questão. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Mais disse, que a partir desse momento aqueles 3 Municípios se teriam limitado a fazer o estudo sozinhos. Referiu que teriam estudado várias possibilidades/hipóteses bem como, quais iriam ser as suas primeiras medidas a tomar em função das necessidades de cada Município. No caso de Mira a necessidade maior seria na água e nas suas infraestruturas (por exemplo: nas condutas) de modo a melhorar a situação atual. -----

-----Salientou que existiria uma linha que separaria aquilo que seria a cooperação e colaboração entre Municípios e aquilo que seria pretendido por cada Município individualmente. Mais disse, que teria havido sempre uma boa colaboração e entendimento entre os 3 Municípios, até mesmo na divisão de capital, pois o nosso Município seria o menos populoso. -----

---- Interveio o **Dr. Paulo Campos** que respondeu ao Sr. André Monteiro dizendo que o estudo seria ainda preliminar, no entanto a origem da captação da água estaria a ser muito próxima da origem da captação de água do Município da Figueira. Concluiu que se estaria a usar captações completamente testadas e sem quaisquer problemas. -----

----- Referiu que a água numa origem superficial poderia ser inferior à qualidade da água numa origem subterrânea, a diferença seria em 2 parâmetros dos quais 1 estaria na origem superficial, a quantidade seria superior e a homogeneidade da água seria mais uniforme e que do ponto de vista de engenharia quando haveria a projeção de uma determinada captação para uma origem superficial é perspectivada uma estação de tratamento que iria responder aos problemas que aí pudessem ser encontrados. -----

-----Referiu que o Município de Mira teria apresentado um conjunto de problemas e um deles teria sido a sua capacidade da não produção de água própria para satisfazer as necessidades dos munícipes. A solução do ponto de vista técnico para esta situação seria uma origem centralizada que resolvesse todos aqueles problemas de captação de águas. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu, através de um gráfico os valores que teriam sido ganhos e gastos pelo Município de Mira. Haveria um padrão à exceção do ano de 2014 que teria havido alguma situação relevante, mas que era pontual. -----

--- Salientou que desde o ano de 2009 as tarifas com a água não teriam sofrido qualquer tipo de alteração. Assim sendo, disse que ao serem praticadas aquelas tarifas a Câmara Municipal teria ficado com perdas monetárias. Essas perdas poderiam ter sido utilizadas/investidas para outros fins. -----

---- Interveio o **Sr. Secretário de Estado** que fez referência aos quilómetros e deu o exemplo de Lisboa, que iria buscar 90% da sua água a mais de 100km, entre outros a que fez referência. Disse que se a água quando captada estiver em bom estado não existiria qualquer problema. O único problema que poderia existir seria a nível bacteriológico. O problema que se poderia colocar por causa da distância estaria completamente ultrapassado com a ajuda da alta e eficiente tecnologia dos dias de hoje. -----

----- Fez alusão à captação de águas subterrâneas no sentido de que quando estas ficarem completamente contaminadas (por exemplo: pesticidas) não haveria forma alguma de conseguir a sua recuperação. Deu o exemplo do Município de Gois, quando este foi fustigado pelo fogo e estes ficaram privados de água durante três dias, mas passados estes dias as águas (superficiais) começaram a ficar cristalinas. A ilação que se poderia tirar desta situação seria que era mais fácil controlar a qualidade das águas superficiais ao contrário das subterrâneas. -----

---- Expressou que teria sido uma pena o Município de Cantanhede não ter integrado esta solução. Teria dado com certeza, uma mais valia técnica a esta Empresa Intermunicipal. -----

---- Interveio o **Sr. Eng.º. Prina** (PS) que começou por dizer que as informações técnicas teriam sido excelentes e que o Sr. Secretario de Estado também teria elucidado acerca de várias situações. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse que teria uma questão relativamente aquele plano de investimento que seria se o Sr. Presidente garantia aquele investimento e se até se obter a desejada qualidade da água o valor/tarifa iria aumentar. -----

---- Interveio o **Dr. Paulo Campos** que fez alusão acerca das obrigações que teriam de ter com a entidade reguladora. -----

---- Interveio o **Sr. Eng.º. Prina** (PS) que disse que não colocava em dúvida as questões reguladoras e que as suas questões continuariam a ser as mesmas. -

---- Interveio o **Sr. Presidente** dizendo que a qualidade da água estaria dentro dos parâmetros exigidos pela lei, pois de outra maneira salientou que não a poderia colocar à disposição dos munícipes (clientes/consumidores). No entanto, ela estaria em vias de perder qualidade e quantidade. -----

-----Referiu que relativamente aos investimentos se comprometeria a fazê-los durante o seu mandato. Mais disse, que o tarifário só iria ser atualizado aquando esta aprovação da candidatura. -----

---- Disse que logo que as obras se iniciassem para o melhoramento da água estariam prontas em cerca de 1 ano e acrescentou que mesmo com a insistência feita por várias entidades a tarifa nunca teria sido atualizada e que no seu entender o aumento devia ser acompanhado por uma perspetiva em que se iria efetuar obras para o seu melhoramento. -----

-----Intervalo de 10 minutos solicitado e concedido. -----

----- Retomados os trabalhos, seguiu-se, de imediato a votação. -----

-----Submetido a votação o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por maioria e com votos contra do elementos do Partido Socialista e do MAR e os restantes votos a favor, por parte do PSD.** -----

-----**Declarações de voto:** -----

---- Declaração do voto verbal do Partido Socialista, "Os Membros do Grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, apesar de concordância com o modelo apresentado votam desfavoravelmente a este ponto da ordem de trabalhos. Uma vez que a Câmara Municipal não atendeu às



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solicitações propostas nesta reunião, nomeadamente, o “timing” em que os consumidores do Concelho de Mira irão sofrer aumento de tarifa proposto nos documentos apresentados e tendo em conta o programa de execução. -----

---- O Partido Social Democrata fez a seguinte declaração de voto:
“Considerando que é imperioso garantir no imediato e no futuro o abastecimento de água às populações do concelho em quantidade e qualidade e não menos importante, alargar a cobertura de rede de saneamento a todas as populações do concelho; -----

Considerando, ainda, que os sistemas de tratamento de águas residuais abrangem pouco mais de metade da população do concelho, sendo necessários e indispensáveis avultados investimentos na expansão da rede a toda a população e na resolução dos graves problemas que afetam os sistemas existentes;-----

----*Sendo, também, uma árdua e insustentável realidade o fato de as tarifas atuais não chegarem para cobrir os custos de distribuição, causando um prejuízo ao Município de aproximadamente €700.000,00/ano, o que se traduz numa situação considerada ilegal pela entidade reguladora ERSAR, sendo o aumento das tarifas de água uma imposição legal; -----*

----*E não obstante, tendo em conta que as orientações do governo da nação na prossecução de fundos comunitários exige a sustentabilidade dos sistemas que abranjam uma população mínima de 50.000 habitantes, bem como que o executivo municipal se propõe criar tarifas sociais para proteger a população socialmente mais frágil e, simultaneamente, se compromete a realizar as intervenções necessárias quer à melhoria da qualidade e distribuição de água, quer ao alargamento da cobertura de rede de saneamento a todo o concelho.; -*

---- *O grupo Municipal do PSD vota favoravelmente a constituição da Empresa Intermunicipal em conjunto com os municípios de Montemor e Soure e a integração do Município de Mira na mesma.”-----*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in blue ink.

-----**PONTO DOIS: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do n.º, 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da 3.ª. revisão orçamental e 2.ª. revisão às GOP's – ANO 2018** -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** explicou que o ponto dois e o ponto três teriam como âmbito a anulação feita ao concurso dos resíduos e que se estaria para abrir um novo concurso adaptando os pontos atrás referidos. -----

-----**VOTAÇÃO** -----

-----Submetido a votação o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com oito abstenções do Partido Socialista, e os restantes votos a favor, por parte do PSD e MAR.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia. -----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 junho e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, da autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2018 a 2021, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmo anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de Serviços para o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mira”.** -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** explicou que este ponto seria acerca do contrato da empresa de resíduos. -----

-----**VOTAÇÃO** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com oito abstenções do Partido Socialista, e os restantes votos a favor, por parte do PSD e MAR.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu o dia 28 de junho, quinta-feira, pelas 18h00, para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, o que foi ponderado e aceite pelos presentes.-----

-----ENCERRAMENTO-----

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas por unanimidade em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)